



Conselho Municipal de Assistência Social

Estado de Sergipe

Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Federal – LOAS nº 8.742/93 – Lei Municipal nº 435/07

REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA DA 201ª (DUCENTÉSIMA PRIMEIRA)

01 Ao vigésimo sexto dia do mês de janeiro de dois mil e vinte um, às dez horas e trinta minutos,
02 nas dependências da Câmara de Vereadores, localizada na Avenida Oceânica, Bairro Centro,
03 neste município, realizou-se a ducentésima primeira Reunião Ordinária do **CONSELHO**
04 **MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)**. Reuniram-se a presidente Sandra Alves
05 Angelo de Souza a Vice-Presidente Shirlene Viana Aires Ludovice a Secretária Executiva
06 Shauna Thainan Freire Nunes e os seguintes Conselheiros/as: **Gleide Chagas, Lanya Ribeiro,**
07 **Juvanete Gomes, Raíela Kelly Ramos, Roselene Melo Santos , Rose Mary de Jesus B.**
08 **Barbosa e Maria José Batista Ribeiro** como convidada a Secretária Municipal de Assistência
09 Social Emilly Regina Martins Freire Nardelli e a Assistente Social da SMAS e Coordenadora da
10 Vigilância Socioassistencial Isaildes Mayra dos Santos. A presidente iniciou a reunião dando
11 boas-vindas aos presentes e orientou a todos sobre os cuidados de combate a contaminação da
12 COVID-19 e disponibilizou álcool em gel com concentração em 70%. Após esse momento a
13 Presidente prosseguiu com a reunião baseada na seguinte pauta: **1-Leitura da Ata da Reunião**
14 **anterior; 2- Deliberação do Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros de 2020** referente
15 ao Cofinanciamento Municipal, Estadual e Federal com o objetivo da Reprogramação desses
16 saldos para o Exercício Financeiro de 2021; **3- Deliberação sobre o Calendário de reuniões** do
17 CMAS 2021; **4- O que ocorrer.** 1-Ao iniciar a **leitura da Ata da reunião anterior** que após lida foi
18 aprovada por todos os presentes a Presidente deu prosseguimento a pauta. 2-A Senhora Sandra
19 Angelo disponibilizou aos Conselheiros cópias do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros
20 de 2020 os extratos das contas para apreciação dos presentes. Para essa apresentação a
21 Presidenta do Conselho convidou a Assistente Social Isaildes Mayra que de imediato assumiu a
22 fala e se dirigiu aos Conselheiros solicitando que os mesmos fizessem a leitura do Plano
23 Aplicação de recursos que foi elaborado para facilitar a leitura financeira das informações que
24 constavam nos extratos de contas. A Sra Isaildes Mayra informou que no Plano de Aplicação
25 constavam informações acerca das contas, pisos, saldo a reprogramar e especificação das
26 atividades para o ano corrente, onde todos poderiam acompanhar a leitura com explicações
27 sobre cada Serviço relacionado ao Piso correspondente. A Presidenta acrescentou que no
28 decorrer do ano as Unidades Socioassistenciais serão convidadas a apresentar seus Planos de
29 Ação ao Conselho como forma de fiscalização e de proporcionar aos Conselheiros proximidade e
30 conhecimento da realidade de cada unidade que possui programas, projetos e serviços a serem

31 executados, que essa é uma prática positiva do CMAS de Barra dos Coqueiros que será mantida
32 nessa nova Gestão. A Sra Isaildes Mayra retomou a fala iniciando a leitura detalhada de cada
33 item do Plano e explicou que a planilha estava distribuída em Blocos de Financiamento Federal e
34 Estadual sendo os Blocos de Proteção Social Básica, Especial, IGD SUAS, IGD Bolsa e o Bloco
35 extraordinário de Recursos Federais para o enfrentamento ao COVID e Bloco de Financiamento
36 Estadual que compreende a Proteção Social Básica e Especial. A mesma destacou que há
37 contas com valores altos em relação às outras devido ao repasse irregular por parte do Governo
38 Federal para alguns pisos que deveria ser mensal e acaba sendo regularizado apenas no final
39 do ano, quando a Secretaria de Assistência Social encerrou as atividades financeiras o que gera
40 o acúmulo. A Secretaria de Assistência Social acompanha os saldos das contas e os utiliza
41 conforme as demandas das unidades que ofertam os serviços e atenção à população e dessa
42 forma executa a Política de Assistência Social na resposta às demandas sociais. A Conselheira
43 Gleide Chagas pediu a fala e questionou a Secretaria de Assistência Social pelo fato de no Plano
44 de Aplicação de Recursos não constar o total do valor repassado no decorrer do ano,
45 destacando que essa informação complementaria a lógica da execução e também dos saldos. A
46 Conselheira Lanya Ribeiro endossou a fala da Sra Gleide e também destacou que seria
47 importante esse dado financeiro ser apresentado ao Conselho mesmo que em outro momento
48 considerando que a relação da Secretaria no que se refere à Gestão dos Recursos é sempre
49 transparente e tratada com clareza. Após a conclusão da leitura geral do documento a
50 Coordenadora da Vigilância Socioassistencial Isaildes Mayra comprometeu-se a apresentar o
51 valor total repassado por cada piso aos Conselheiros na próxima reunião ordinária no mês de
52 fevereiro. A proposta apresentada foi aprovada por todos os Conselheiros presentes. Na
53 sequência a Sra Gleide Chagas perguntou se a equipe do Programa Criança Feliz havia
54 recebido capacitação e qual a fonte de recurso que financiava o funcionamento da Casa dos
55 Conselhos. A Senhora Isaildes Mayra respondeu que a capacitação a equipe do Programa
56 Criança Feliz ocorreu como uma condicionalidade a ser cumprida antes da execução das
57 atividades e que essas capacitações foram regidas pelo Governo Federal e Estadual de forma
58 remota e que a Casa dos Conselhos é mantida com recursos próprios e apenas 3% do
59 IGDSUAS é destinado à manutenção do Conselho de Assistência Social, onde em 2020 foi
60 adquirido com esse percentual o notebook do CMAS. Após todas as considerações os
61 Conselheiros presentes aprovaram por unanimidade o Plano de Aplicação junto aos extratos das
62 contas. A Conselheira Gleide Chagas realizou mais perguntas sobre o Programa Criança Feliz e
63 questionou sobre as metas do Programa e a Conselheira Rafaela Kelly informou a Presidência
64 que atualmente o Programa tem 48 crianças cadastradas, 04 gestantes e a meta é até 150
65 usuários. A Conselheira Maria José Batista perguntou também sobre o Programa qual a
66 formação necessária para ser visitador do Programa Criança Feliz e Presidente respondeu que é

67 exigida no mínimo formação de nível médio seguido da capacitação específica para visitas e que
68 o Coordenador do Programa deve ter nível superior. Em seguida a Conselheira Lanya Ribeiro
69 perguntou sobre as estratégias para o desenvolvimento das atividades coletivas na Assistência
70 Social diante da pandemia e a orientação de evitar aglomerações. A mesma relatou que essa
71 situação é um desafio para as Instituições do Terceiro Setor principalmente para o Centro
72 Cultural e Comunitário que trabalha com idosos que são considerados grupo de risco e afirmou
73 que é um desafio e uma necessidade construir um protocolo de atendimento e execução das
74 atividades. A Assistente Social Isaildes Mayra informou que as atividades remotas e
75 semipresenciais são planejadas conforme as especificidades de cada oficina e relacionadas às
76 temáticas sociais que são abordadas junto aos usuários. Todos os profissionais do Serviço de
77 Convivência e Fortalecimento de Vínculos como oficinairos e educadores tiveram que adequar
78 as ofertas e a relação com os usuários conforme o contexto de pandemia que exigem uma série
79 de cuidados, onde as redes sociais, visitas e atividades semi-presenciais tem sido fundamentais
80 para a execução das atividades. Nesse momento a Secretária de Assistência Social aproveitou a
81 oportunidade para complementar a resposta ao questionamento da Conselheira e se apresentar
82 oficialmente do CMAS já que assumiu a pasta da SMAS acompanhando a mudança de Prefeito.
83 A Secretária se apresentou falando seu nome e destacando que é Assistente Social de formação
84 e que pretende estar próxima ao Conselho e desenvolver uma Gestão colaborativa e de muito
85 trabalho. Após esse momento esclareceu a todos que a reprogramação de saldos prevê a
86 execução dos recursos ao transcorrer do ano e que todos tem que pensar na perspectiva de
87 retorno, onde a SMAS já possui um planejamento para retomada das atividades e recursos
88 reservados, porém destacou que para além do retorno as atividades continuam sendo
89 desenvolvidas mesmo não coletivamente e presencialmente, onde as atividades que podem ser
90 desenvolvidas pelos usuários em suas residências são as mais executadas, onde são montados
91 kits de atividades e entregues aos mesmos para que reproduzam as técnicas que já eram
92 utilizadas nas oficinas. A Secretária de Assistência Emilly Freire sugeriu uma troca de
93 experiências entre o Centro Cultural e Comunitário e o SCFV e destacou que é importante que a
94 concretude das atividades aconteçam e levar as atividades nas mãos dos usuários é uma forma
95 manter os vínculos. A Conselheira Lanya Ribeiro informou que ela e Gleide Chagas são
96 Assistentes Sociais e lidam diariamente com os desejos dos usuários de retomarem as
97 atividades e a convivência social, informou também que estão realizando o recadastramento e
98 possuem 300 idosos. E destacou sobre o desafio de planejar atividades junto aos idosos, seja
99 por meio de rodízio ou visitas, e que a SMAS através de sua experiência poderia dar um suporte
100 no sentido de trocar experiências e ajudar a oferta do atendimento aos idosos. A Presidenta
101 Sandra que é trabalhadora do SUAS e estava a frente do grupo de Pessoas com Deficiência
102 através do PAIF relatou a experiência da oficina de máscaras junto aos usuários que receberam
103 vídeos com passo a passo para a confecção e depois receberam em casa ou puderam retirar

104 seus kits de confecção de máscara nas unidades, atividades que segundo Sandra teve alta
 105 participação e vários objetivos foram atingidos. A Sra Lanya informou que a troca de informações
 106 e técnicas favorece a Política de Assistência Social e que o Centro Cultural e Comunitário está
 107 aberto a receber novas experiências. Na sequência a Sra Lanya Ribeiro informou que está sendo
 108 elaborada da Lei Municipal do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil com base
 109 na Lei 13.019/2014 e convidou a Secretaria de Assistência e o CMAS a participarem dessa
 110 construção que vai trazer muitos ganhos e avanço para as Instituições do 3º Setor. A Senhora Gleide
 111 Chagas destacou que a Lei não é somente um ganho para a Assistência Social, mas também para
 112 as Instituições que trabalham com Esporte, Cultura, Meio Ambiente e desenvolvem atividades no
 113 âmbito do 3º Setor e para, além disso, a mesma ressaltou que a Lei trás a regulamentação das
 114 Instituições e consequentemente fortalecem os Conselhos de Controle Social. A Sra Lanya também
 115 ressaltou a necessidade de o CMAS buscar entender e analisar a Lei de Utilidade Publica para
 116 Utilidade Publica para sugerir adequações já são mais de 100 instituições com título que não são
 117 reconhecidas pela comunidade na oferta de serviços e atenção. A Secretária de Assistência Social
 118 Emily Freire solicitou que a Assistência Social fosse convidada formalmente para colaborar na
 119 elaboração da Lei do MIROSC o que foi aceito pelas Conselheiras. Nada mais haverido a tratar, foi
 120 lavrada a presente Ata que após lida segue assinada por todos os Conselheiros.

Sandra Alves Argelo de Souza
 Shirlene Viana Aires Pauderice

Shauna Thainan Freire Nunes
 Gleide Chagas dos Santos
 Rosilene Melo dos Santos
 Juvonete Gomes da Silva
 Popada Kelly Ramos dos Santos
 Lanya Ribeiro Glendaura Rocha

Maria José Estimar Farias
 Rosi Jony de Jesus B. Barbosa